



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O Conteúdo Político Conservador do Discurso Religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930

ANA CAROLINA SANTOS DE JESUS CLARO

BRASÍLIA
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANA CAROLINA SANTOS DE JESUS CLARO

O Conteúdo Político Conservador do Discurso Religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930

Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Ana Carolina Santos de Jesus Claro, matrícula 16/0110904 apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada e bacharel em História, sob orientação da Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita, em 14/07/2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita - UnB
(Orientadora)

Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques - UnB

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho - UPIS

BRASÍLIA
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Aline e Wagner pela vida, pelos ensinamentos, pelo amor e por todo apoio emocional e financeiro durante todos estes anos de vida e em especial nos anos da graduação. Ao meu irmão Miguel de 11 anos por todas as risadas e brincadeiras.

Aos meus avós, tios e tias e meus primos que sempre me acolheram, rezaram por mim e me escutaram quando precisei.

Agradeço especialmente minhas primas Lorraine e Déborah por todo amor e parceria que temos desde os primeiros anos de vida.

Aos meus amigos de escola e universidade que sempre me alegraram e me fizeram companhia nas tardes e noites entre uma aula e outra nos corredores, gramados, salas de estudo, no Restaurante Universitário, nos estudos na BCE e que acabaram se tornando amigos de vida. Em especial à Vanessa, que está em minha vida a 10 longos anos compartilhando todas as felicidades e angústias da vida de estudantes adolescentes e agora adultas.

Aos meus professores de toda educação básica, em especial aos de história, geografia, sociologia e filosofia, que sempre me encantaram com suas maravilhosas aulas e que me inspiram na caminhada que vou seguir daqui em diante como professora de história.

Agradeço à minha orientadora, Professora Léa Carrer, por toda compreensão, aconselhamento, inspirações e discussões que me guiaram até a entrega deste trabalho.

Agradeço a Universidade de Brasília, por me possibilitar viver as melhores experiências acadêmicas, conhecer pessoas de diversos lugares, com conhecimentos e vivências diferentes dos meus, que me ajudaram a crescer e a ver o mundo com novos olhos. Foram muitas palestras, seminários, rodas de conversa, minicursos que possibilitaram ampliar meu conhecimento, vivenciar momentos transformadores, que sempre me levaram à reflexão, me emocionaram de várias maneiras e que ficarão guardados na memória.

*“... Minha dor é perceber
Que apesar de tudo que fizemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos
Ainda somos os mesmos
E vivemos
Como os nossos pais
Nossos ídolos ainda são os
mesmos
E as aparências
Não enganam não
Você diz que depois deles
Não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer
Que eu ‘tô por fora
Ou estão que eu ‘tô inventando
Mas é você que ama o passado
E que não vê
É você que ama o passado
E que não vê
Que o novo sempre vem...”*

Belchior

O Conteúdo Político Conservador no Discurso Religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930

Ana Carolina Santos de Jesus Claro

Resumo: Nesse artigo, analisamos o discurso conservador católico no Brasil, na década de 1930, por meio da produção intelectual do principal representante do laicato católico, Alceu Amoroso Lima. Este representante dos interesses da Igreja Católica se converteu ao catolicismo em meados de 1928, tornou-se um líder político influente e um dos responsáveis por levar à frente o grande projeto comandado pelo cardeal Dom Sebastião Leme, que visava aumentar a relevância da Igreja Católica na sociedade e na política brasileira. Na década de 1930, o intelectual e jornalista, que já dirigia o “Centro Dom Vital” e redigia a revista “A Ordem”, decidiu assumir um perfil mais cultural e mais amplo na difusão da ideologia católica. Por isso, priorizamos como fonte documental os artigos produzidos por Amoroso Lima na revista “A Ordem”, pois é nela que se concentra suas estratégias de defesa do catolicismo e de ataque à educação não religiosa, à “ciência materialista” e às instituições oficiais que “desconsideravam” a tradição religiosa brasileira.

Palavras-Chaves: Discurso Conservador Católico; Alceu Amoroso Lima; Educação

Nas últimas disputas eleitorais no Brasil (2017 e 2022) vimos os discursos conservadores ganharem ampla disseminação pública e destacarem suas pautas praticamente em todos os campos de debate da sociedade brasileira. Segundo a definição do “Dicionário de Conceitos Políticos”, o conservador é aquele que luta pela manutenção do modo de vida vigente: “Ele é o guardião da fidelidade à tradição, à comunidade e às hierarquias sociais”. (ORTEGA & DA ROSA: 2020, p.24)

As pautas conservadoras disseminadas durante as eleições incluíam a defesa do Estado mínimo, a defesa da propriedade privada, o combate às ideologias de esquerda, o uso da religião para justificar atitudes e ideologias de direita, a negação da ciência, a defesa da família tradicional e a resistência à obtenção direitos das minorias sociais, como os indígenas ou os grupos LGBTQIA+. Em meio a essa pauta tem se destacado o discurso “religioso” dos evangélicos neopentecostais.

O crescimento das Igrejas Neopentecostais, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, (NUNES: 2006, p.127) e o aumento dos políticos eleitos que se dizem representantes dessas designações religiosas evidência que a agenda por eles defendida tem sim influenciado muito os rumos da política, da cultura e da educação no país. As “bancadas evangélicas” na Câmara Federal ou Câmaras Estaduais são a comprovação disso e demonstraram a força de sua retórica na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, sob o slogan “Deus, pátria e família”.

Sabendo que o conservadorismo com cunho religioso não é novo na sociedade brasileira e que esteve presente em vários momentos de nossa história, interessamo-nos em aprofundar a compreensão sobre quais estratégias discursivas os religiosos usam para arrogarem a si a missão de intervenção nas pautas políticas, de como constroem a justificativa de que, em nome de Deus, têm o direito de impor a moral religiosa a todos, os que são e os que não são adeptos de suas crenças.

Esta pesquisa fez então o recorte de uma situação histórica que guarda muitas semelhanças com a atual, e que se configurou na década de 1930, após a “Revolução” (de 30) e consequente reorganização do governo e das instituições no Brasil; durante as eleições para a formação da Assembleia Constituinte de 1933; e durante os trabalhos desta. Foram momentos nos quais intelectuais de orientação católica articularam a imposição de suas pautas ideológicas sobre os rumos da educação brasileira e se projetaram na política com o intuito de eleger políticos comprometidos com as ideias da Igreja Católica.

O objetivo do trabalho é analisar as estratégias discursivas do laicato católico utilizadas para influenciar o debate sobre a reestruturação política do país e da educação brasileira, na década de 1930. Buscamos investigar como esse discurso, articulado a princípios conservadores como disciplina, harmonia social, moral e ordem participaram da configuração da nossa cultura política autoritária, e a atuação concreta desses intelectuais católicos, cujo maior destaque foi Alceu Amoroso Lima que, seguindo os passos de Jackson Figueiredo, atuou de forma contundente na divulgação dos ideais católicos, integrando-se e apoiando as elites política e intelectual conservadoras da época.

Ao articular as fontes documentais à historiografia, seguimos os preceitos teóricos da Nova História Política e da noção que nela se insere de “cultura política”. Esta, segundo Serge Berstein, consiste no conjunto de normas e valores que partem da representação que uma determinada sociedade faz de si própria, do seu passado e do seu futuro.(BERSTEIN: 1998, p.350) Assim, na análise dos “discursos católicos”, que consistiram nos artigos da revista católica “A Ordem”, buscamos investigar os valores, as representações, as palavras usadas para expressar as ideias, as crenças, com o intuito de evidenciar os diferentes atores e forças da sociedade que travavam as lutas político pedagógicas no Brasil, na primeira metade da década de 1930.

Seguimos também as orientações da Nova História Política, no que se refere à revalorização do gênero biográfico. Assim, para analisar a atuação política de Amoroso Lima, ao invés de utilizarmos a “ilusão biográfica”, como Pierre Bourdieu se refere à biografia da antiga história política, que não reconstruía o contexto — a “superfície social” na qual age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante, e que é indispensável, (APUD LEVI:2006, p.169) preferimos a noção de “trajetória”. Isto porque este termo simboliza a situação de um indivíduo que, ao longo de um caminho, vai aqui e ali se relacionando com este/aquela indivíduo (s), esta/aquela situação, travando conhecimentos com esta/aquela ideologia (s). Em torno da sua rede de relações e dos eventos interpostos pelo contexto da realidade histórica que se insere, vai fazendo opções e escolhas.

Como suporte historiográfico utilizamo-nos das obras: “A Igreja Católica e a política no Brasil”, de Scott Mainwaring, que trata de examinar a história da Igreja Católica no Brasil, a influência que esta teve e os caminhos que ela percorreu durante os anos de 1916 a 1985; “Alceu Amoroso Lima”, de Carlos Jamil Cury, que, a partir de uma biografia de Alceu, aprofunda aspectos da produção intelectual e da trajetória política desta personagem histórica; e “Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933”, de Emilio Primolan, que trata da formação da Liga Eleitoral Católica e explica como ocorreu a participação desta nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933.

O contexto do engajamento político-religioso de Amoroso Lima

Logo após a Proclamação da República, em 1889, o Catolicismo deixou de ser a religião oficial no Brasil, com a separação entre a Igreja e o Estado. Essa ação insere-se no desdobramento da ideologia do Iluminismo, surgido na França, que colocava a razão e a ciência como fonte das soluções dos problemas sociais em substituição da fé e da religião. Proveniente deste pensamento, o Positivismo se torna uma das correntes teóricas de mais destaque no período, inspirando as tomadas de decisões e, principalmente, influenciando na construção do primeiro texto constitucional republicano. Iniciou-se o processo de secularização das coisas públicas, a educação não ficaria mais nas mãos dos religiosos, os registros de nascimento e morte e as questões vinculadas à família como o casamento, passariam a ser administradas pelo Estado brasileiro.

Com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, uma série de atribuições que até então estavam sob a incumbência da Santa Sé foram assumidas pelo Estado brasileiro, a partir de então sob a orientação do liberalismo laico. (PARGA:2011, p. 1)

No início do Século XX, o catolicismo no Brasil seguia a orientação do Vaticano para toda a Igreja mundial, desde que o papa Leão XIII (papado de 1878-1903), na Encíclica *Rerum Novarum*, anunciou uma “aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja depois de seu combate aberto contra a modernização, durante grande parte do século XIX”. (MAINWARING:1989, p.43). A Encíclica abordava questões sobre o comunismo, sobre obrigações do operariado e dos patrões, sobre as obrigações e os limites do Estado entre outros assuntos, e formavam uma tentativa de aproximar os fiéis “perdidos” durante os séculos anteriores.

No Brasil do início do século XX, outros fatores contribuíram para abalar a influência do catolicismo na sociedade, como a disseminação do ideário anarquista entre o operariado urbano e a fundação do Partido Comunista, em 1922. Vejamos o empenho da Igreja no Brasil nesse contexto, por meio das palavras do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, ator ativo no processo de reconquista do espaço católico brasileiro, na sua “Carta aos fiéis de Olinda e Recife”, publicada em 1916:

Nela, ele chamava atenção para a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da igreja e sua depauperada situação financeira. Dom Sebastião argumentava que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade. A Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos. (MAINWARING: 1989, p.41)

Observamos na carta o objetivo claro não só de atuar sobre a fé dos brasileiros, mas de “cristianizar” as instituições, o que significava influenciar o Estado e os princípios sob os quais o mesmo deveria se basear na gestão social. Naquele momento, a Igreja, sob o papado de Pio XI (1922-1939), prosseguia no esforço de intensificar a articulação entre a igreja e a política:

Pio XI julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos. Ele apoiou diretamente e encorajou Dom

Sebastião Leme em seus esforços para promover uma restauração católica. (MAINWARING:1989, p.43).

Com todo este apoio, Dom Leme, que desde o início da década de 1920 passara a ser o arcebispo do Rio de Janeiro, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional, aproximando-se de leigos intelectuais e constituindo assim um laicato de católicos e de classe média. Como vimos na “Carta aos fiéis de Olinda e Recife”, Dom Leme reclamava da ausência de intelectuais católicos, para ele fundamentais como ponte entre Igreja e Estado, que produzissem ideias legitimadoras da importância da base religiosa na orientação de políticas públicas, na atuação institucional.

Nesse sentido, o de criar um núcleo intelectual laico que atuasse no fortalecimento da Igreja e do catolicismo foi fundado o Centro Dom Vital (CDV), em maio de 1922, no Rio de Janeiro, sob liderança do leigo católico Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira.

Ao conduzir a criação do CDV, o jornalista Jackson Figueiredo, apoiado por outros intelectuais, como o médico e professor universitário Hamilton Nogueira; Perilo Gomes; o professor de direito Jonatas Serrano; criava uma instituição católica de leigos com a finalidade de organizar a intervenção do catolicismo na esfera secular cultural e política do país que, segundo eles, estava em degradação espiritual. Assim podemos ler na fala de Sobral Pinto, advogado renomado, líder intelectual e também membro do CDV: “O Centro D. Vital apareceu, então, no horizonte do pensamento cultural da comunidade nacional, exatamente para reagir contra essa degradação espiritual da nossa terra e da nossa gente” (AZZI *apud* MIGUEL E GODOY: 2017, p. 197).

Logo após a fundação do CDV no Rio de Janeiro, outros centros e publicações católicos foram sendo criados em todo o país. As primeiras atividades promovidas foram conferências sobre teologia e filosofia para pequenas audiências, depois assumiram a edição da revista “A Ordem”, já fundada em 1921, e que tinha periodicidade mensal.

Dentro do projeto do CDV, a revista era crucial como órgão difusor das ideias do catolicismo. Nos seus artigos, principal fonte documental eleita para este trabalho, podemos encontrar o pensamento político daquela elite intelectual conservadora, suas propostas de

intervenções na reorganização social da nação, particularmente na área educacional, e sua raiz anticomunista.

Lembramos que apesar do CDV ser uma associação civil para estudo, discussão e apostolado, funcionava sob a supervisão das autoridades eclesiásticas. Era uma associação de caráter elitista, “cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma nova geração de intelectuais católicos”. (KORNIS: CPDOC/FGV, 2010)

Para ter mais poderes de intervenção na esfera política, os católicos, no início da República, chegaram a pensar em criar um partido político como instrumento de recristianização da sociedade brasileira, mas as tentativas foram frustradas. Segundo Alexandre Oliveira (2016), o bispo Dom João Batista Nery da cidade de Campinas-SP, acabou criando não um partido, mas uma associação que tinha como finalidade orientar o voto dos eleitores católicos para os candidatos que tinham suas propostas ligadas aos interesses eclesiásticos. Isto ocorrera em 1913, e veremos que a ideia de uma associação suprapartidária foi posta em prática novamente, em 1932, com o nome de LEC—Liga Eleitoral Católica. Também aí a experiência foi justificada como uma ação política que objetivava auxiliar os católicos nas eleições. (OLIVEIRA: 2016 e PRIMOLAN: 2007)

O segundo sentido de investida da Igreja para expansão do catolicismo foi promover a participação dos leigos em geral na defesa da doutrina católica entre a sociedade, um movimento pensado no pontificado do Papa Pio XI (1922-1939). Também aqui a intenção da Igreja Católica inseria-se no contexto de mudanças sociais ocorridas no final do século XIX e início do século XX, que enfraqueceram a influência do discurso conservador católico na sociedade.

A Igreja Católica então pensou ações que a aproximassem novamente da sociedade e das classes sociais mais oprimidas. Essa ideia foi concretizada por meio do movimento que ficou conhecido como “Ação Católica” ou Ação Católica Brasileira (ACB). Os objetivos definidos nesse movimento priorizavam a necessidade de trazer as pessoas afastadas e desacreditadas da religião de volta ao catolicismo e reafirmar o papel e a posição da Igreja no mundo. Núcleos atuantes nesse sentido se desenvolveram de forma especial na Itália e no Brasil, ainda na década de 1920, embora o movimento só tenha sido criado oficialmente nos dois países, em 1935, pelo Papa Pio XI.

Com o significado de desenvolver o apostolado católico geral e o apostolado social, cristianizando os indivíduos, a família e a sociedade, o objetivo da Ação Católica era fazer de cada indivíduo um apóstolo de Cristo no ambiente social onde estivesse, portanto, deveriam ser organizadas semanas de estudo e oração necessárias para a formação de militantes entre os jovens estudantes e operários.

No Brasil, o Centro Dom Vital (CDV), consistiu então no núcleo inicial da ACB, e os estatutos desta foram promulgados com Mandamentos - inspirados e quase calcados nos Estatutos da Ação Católica Italiana - com as seguintes organizações: a) Homens da Ação Católica (HAC), para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; b) Liga Feminina de Ação Católica (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira (JCB), para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos. (SOUZA: 2006a, p.53)

Uma vez catequizados, os leigos católicos deveriam começar a atuar nos diversos segmentos da sociedade apresentando a doutrina da Igreja como elemento fundamental de defesa da sociedade brasileira e das bases sociais, familiares e morais que estavam sendo tão atacadas pelas “novas forças” que estavam surgindo no mundo e que afastavam o homem de Deus e da Igreja.

Estas iniciativas da Igreja Católica nas décadas de 1920 e 1930 tiveram vida longa. A revista *A Ordem* foi publicada sem interrupções até 1964; a ACB passou por vários e importantes desdobramentos na década de 1960 e o CDV, até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro.

Passaremos no tópico seguinte a focalizar o discurso conservador católico — seus argumentos de convencimento, suas justificativas acerca da essencialidade da religião para a vida política do país e para o bem-estar da sociedade — particularmente durante os anos de 1928 a 1935, no âmbito do debate da “nova nação” a ser construída com a Revolução de 30, da melhor educação para formar o “novo” brasileiro e “nova” identidade nacional. É justamente neste momento que Alceu Amoroso Lima se destacou na produção discursiva do catolicismo como farol-guia do projeto de nação, compreendendo este a primeira fase de sua trajetória política.

A produção discursiva de Alceu Amoroso Lima na defesa do catolicismo como guia para a vida política e social do Brasil

Como vimos, dentro do esforço de desenvolvimento de um laicato intelectual católico brasileiro, o primeiro nome a se destacar foi o de Jackson Figueiredo (1891-1928), que alcançou grande destaque social ao atuar como advogado, jornalista, político; tornando-se “íntimo colaborador do Cardeal Leme” na formação de um movimento católico leigo (MAINWARING: 1989, p.46). Por meio de cartas, Figueiredo fazia intensas trocas intelectuais com Amoroso Lima, desde 1924. Quando veio a falecer em 1928, com apenas 37 anos, foi Amoroso Lima (1893-1983) que o sucedeu no comando do CDV e na publicação da revista “A Ordem”.

Segundo o filósofo Carlos Jamil Cury, convidado para biografar Alceu Amoroso Lima para a Coleção Educadores/ MEC/ UNESCO, Alceu nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893. Representante da elite carioca do seu tempo, era filho de proprietário de Indústria Têxtil, teve uma infância abastada com uma formação religiosa tradicional. Seus primeiros anos de educação foram com tutores domiciliares e mais tarde estudou no Colégio Pedro II, que na sua época se chamava Ginásio Nacional.

Conforme Cury, na década de 1920, Alceu teve sua fé abalada quando se viu influenciado pelo evolucionismo spenceriano (Hebert Spencer) propagado pelo professor da escola de direito, Silvio Romero. A influência literária de Rimbaud, Claudel e Whitman, Anatole France, Eça de Queiroz e Machado de Assis, escritores admirados por Alceu, vão levar a ele ideias cheias de ironia, diletantismo e agnosticismo, abrindo os olhos do intelectual para o problema da transformação social.

Em 1913, formou-se em Direito e no mesmo ano foi para Paris, onde frequentou o curso do filósofo francês Henri Bergson e teve contato com ideias do evolucionismo espiritual. De volta ao Brasil, começou a trabalhar em um escritório de advocacia; em 1917, no Itamarati, mas teve que abandonar as duas atividades para assumir a direção da empresa familiar. O ano de 1919 foi o início de sua longa carreira jornalística, quando começou a escrever críticas literárias, utilizando o pseudônimo de Tristão de Athayde, para separar o trabalho na fábrica de tecidos do pai de seu trabalho como crítico literário, atividade que o levou a adquirir grande prestígio no meio literário. Sobre o porquê da conversão de Alceu ao catolicismo, esclarece Cury:

Devido à sua insatisfação existencial, Alceu buscou caminhos, entre debates e questionamentos. Seu processo de conversão ao catolicismo é ilustrado por

ele como “uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentais das origens e dos fins da vida do ser humano”. Ele retrata também sua postura intelectual anterior à conversão como a de “um crítico literário ideologicamente agnóstico e politicamente acomodado”. (CURY:2010, p. 14)

Para que estas insatisfações resultassem na mudança de pensamento de Alceu pesaram as correspondências com seu amigo Jackson Figueiredo, assim como a leitura de intelectuais como Fulton Sheen, Jacques Maritain, G. K. Chesterton e Joseph de Maistre, onde tem contato com o pensamento conservador, que influenciaram na mudança de suas convicções.

Alceu se converteu ao catolicismo em 1928, aos 35 anos. De Jackson de Figueiredo, absorveu um catolicismo ultramontano próprio daquela época da romanização da Igreja Católica, descrito por Cury como:

Ultramontanismo: tendência dentro do catolicismo que condenava as teses iluministas e liberais. De acordo com essa tendência, tais teses punham em risco a salvação da alma. Defende também rigorosa aplicação dos preceitos católicos sob o controle da Igreja que, por sua vez, é detentora da verdade. Daí a militância em recatolicizar o mundo (CURRY:2010, p. 14)

Alceu recebeu apoio incondicional do cardeal Dom Leme, tanto que, quando Figueiredo morreu tragicamente em 1928, foi Alceu que assumiu a presidência do Centro Dom Vital, no mesmo ano, onde ficou até o ano de 1967, como também a direção da revista A Ordem. Em 1929, sua conversão se tornou pública por meio de carta endereçada a Sérgio Buarque de Hollanda, com o título “Adeus à Disponibilidade”¹ e publicada na revista A Ordem. No texto, Alceu assumia-se como católico e demonstrava sua nova postura política.

Neste momento, já era atribuído a Alceu o papel de principal representante do laicato católico brasileiro, mas foi na década de 1930 que Alceu muito se destacou como articulador político dos interesses da Igreja e do catolicismo.

O cenário político do pós-Revolução de 30 se mostrou muito favorável para a Igreja Católica no Brasil, que já vinha conduzindo um movimento para expandir seu poder e prestígio na esfera cultural e política. Tratava-se de momento de reorganização das lideranças políticas do país, quando se alardeava a reconstrução nacional a ser orientada por um Estado mais forte, mais centralizador, que contemplaria a modernização de todo o "povo" brasileiro e dos diversos territórios do país, seguindo uma política de caráter mais coletivo.

¹ Tristão de Athayde. Adeus à Disponibilidade. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1929, p. 54 – 59.

De fato, a Revolução de 30 foi um marco para a política brasileira e para os intelectuais que buscavam desenvolver projetos e solucionar os problemas do Brasil. Nesse sentido, o evento foi responsável por abrir espaço para que se discutisse os novos moldes políticos brasileiros, uma vez que era de interesse da Aliança Liberal (movimento que conduziu a Revolução) incentivar a participação dos intelectuais na política. Como afirmou Ângela de Castro Gomes e outras, a Revolução significava um momento perfeito para imprimir uma nova ideia política e cultural na sociedade brasileira. (CASTRO, VELLOSO e LIPPI: 1982)

No que se refere à educação, a década de 1930 recebeu toda a demanda do intenso debate intelectual educacional produzido na década anterior em torno da necessidade de mudanças no projeto civilizacional do Brasil. Ao longo do debate predominou a ideia de que a educação deveria ser o eixo, a via efetiva e definitiva do projeto modernizador do país.

Naquele contexto histórico, o da constituição de um novo projeto de Estado e de nação, abriu-se o debate educacional em 1931, o que funcionou como uma brecha para a Igreja reafirmar o catolicismo e insinuar-se mais acintosamente no cenário político do país. Representada pelo laicato católico em ascensão, a Igreja Católica conseguiu destacar-se no debate político nacional, com um nível de projeção que não conseguira na Primeira República, uma vez que esta começara sob o símbolo da secularização e da laicidade.

Nesse momento, o periódico *A Ordem*, que já era dirigido pelo jornalista Amoroso Lima desde 1928, voltou-se para um perfil mais cultural e mais amplo na difusão da ideologia católica. Embora Alceu também tenha publicado livros e artigos em outros jornais, privilegiamos aqui a análise de seus artigos na revista "*A Ordem*", justamente porque ali concentram-se seus discursos de ataque à educação não religiosa, à "ciência materialista", às instituições oficiais que "desconsideravam" a tradição católica da cultura brasileira.

Enquanto de 1921 a 1930 o periódico apresentou um perfil mais voltado para a doutrinação católica, a partir da década de 30, diversos intelectuais utilizaram o espaço da revista para discutir, com mais veemência, questões sobre costumes, questões familiares, éticas e as ações católicas no combate ao comunismo. Sobre essa mudança na temática privilegiada, Mônica Velloso corrobora conosco ao observar:

A oposição ao divórcio, a condenação ao aborto, a crítica ao controle da natalidade e à política eugenista do governo ocupam espaço considerável a partir dos anos 30. Condena-se o controle da natalidade como mais uma inovação estranha à nossa realidade nacional, assim como o parlamentarismo, o federalismo, o sufrágio universal e o comunismo. (VELLOSO, 1978, p. 139).

A preocupação da Igreja em aproveitar o momento histórico fica evidenciada na fala do próprio Alceu que, em artigo de 1932 publicado em anônimo e que foi republicado na revista “A Ordem”, em 1962, intitulado “Reivindicações Católicas”. Conta que escreveu o artigo para defender “o dever” da Igreja de influir nos acontecimentos do país, e que o fez a pedido de Dom Sebastião Leme, que após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, mas com a vitória das ideias constitucionalistas, apressou-se em preparar a Igreja para a Constituinte, de modo a que os católicos não se apresentassem, despreparados, como ocorrera em 1891. Segundo Alceu:

Foi nesse sentido que me pediu elaborasse esse documento ... Pelos seus termos se nota como o primeiro problema era justificar a manifestação da Igreja Católica em face da reconstituição da estrutura jurídica do novo regime, surgido com a Revolução de 30. Tratava-se de mostrar a Igreja como força social e como expressão da realidade brasileira. Não da Igreja apenas como depositária da verdade. Ou como Corpo Místico de Cristo. Não se tratava de voltar à união da Igreja com o Estado, como houvera no Império, com tão discutíveis resultados, mas como expressão moral e social capaz de restabelecer os laços partidos entre o governo e o povo, que havia sido um dos fenômenos típicos e explicativos, até certo ponto, da Revolução de 30.²

Assim, seguindo a demanda do artigo “encomendado”, Alceu elaborou o texto de 1932, “Reivindicações Católicas”, onde afirmava que a I República redundou no dissídio entre Governo e o Povo, e que a causa primordial desse dissídio foi a cisão inicial que se deu entre a ordem política e a ordem espiritual, entre o agnosticismo oficial do Governo e o catolicismo “profundo” do povo brasileiro. Argumentando que, como fora esse dissídio justamente o que levava à Revolução, ou seja, a desconsideração do governo pela força social que a Igreja católica representava para o povo brasileiro, a Igreja deveria ser reconsiderada na nova estrutura política que se construía.

Observamos assim que, implicitamente, o intelectual está dizendo que a força social da Igreja promoveria a harmonia Estado/sociedade, o que seria “bom” para o catolicismo e para a estabilidade do novo regime de governo. Encontramos aqui um dos princípios do discurso conservador: a harmonia, a estabilidade, a ordem é boa moral; o dissídio, a disputa política, a “Revolução” é a desordem e não é boa moral. Destacamos que no momento no qual se articulava a Revolução de 30 ocorreu divisão dentro do CDV.

² Alceu Amoroso Lima. Reivindicações Católicas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol. 67, n.º 1, janeiro de 1962, p. 8.

Segundo Mônica Kornis, enquanto uns eram contra a revolução, outros, como Sobral Pinto, se manifestavam a favor. Junto com Dom Leme, Alceu mantinha o CDV “fora das questões políticas”. Porém, após a vitória do movimento, desapareceu a hostilidade do Centro aos revolucionários, que passou a apoiar o governo. Outra divisão ocorrera em torno da Revolução Constitucionalista de 1932. O CDV manteve oficialmente a neutralidade. KORNIS: CPDOC/FGV, 2010, p.3)

Voltando ao artigo em análise, Alceu propunha que o catolicismo brasileiro atuasse na obra que se iniciava, a de remodelação legislativa do país, uma vez que a religião seria uma atividade pública. Segundo ele, foi a sociedade individualista que relegou a religião para o fundo das consciências, arrancando-lhe toda a força de coesão pública, e a concepção da neutralidade religiosa foi uma das causas principais da instabilidade política do mundo moderno.³

Ao defender a intromissão católica na “remodelação legislativa do país”, Alceu estava mirando pontualmente a legislação educacional. Alegava que o laicismo educativo estabelecido pela Constituição de 1891 era desastroso, pois implantara o divórcio entre o povo e as instituições, arrancando da educação nacional “o seu próprio coração, que é o ensino moral e religioso”. Por isso, a Constituição a ser elaborada deveria restaurar a finalidade moral e religiosa do ensino, que seria a base da nova estrutura política, iniciando-se pelas raízes da nacionalidade. Dentre as raízes, claro, elevava a fé católica, “base de toda a vida moral do povo brasileiro”.⁴

Aqui Alceu deixa de lado a “neutralidade política” defendida durante os posicionamentos pró/contra as recentes revoluções, afirmando textualmente a religião como “base moral da nova estrutura política”. Destacamos aqui outro princípio do discurso conservador, o de que o tradicional, o antigo é o correto, é a boa moral. No caso, a prevalência, ou a superioridade do catolicismo como base moral religiosa para o país, uma vez que é uma das raízes da nacionalidade.

Outro argumento usado por Alceu para defender a educação católica é o de que os pais, que dão e mantêm a vida dos filhos, tem o direito de decidir sobre a educação/formação destes, e não o Estado. Se a maioria dos pais brasileiros são católicos, religião tradicional do país,

³ *Ibid.*, p.12-13

⁴ *Ibid.*, p.16

quererão uma educação católica, portanto, se o Estado impõe uma educação laica, está tirando a liberdade dos pais educarem seus filhos.

Para chegar ao centro de sua argumentação, primeiro o intelectual enquadrava a religião na esfera da cultura ou do dever cultural. Ocorre que, segundo ele, para o “homem” (o católico), o dever cultural precedia ao dever político e ao dever cívico. Na esfera desse dever cultural estavam o zelo pela essência espiritual, pela lei natural, pela moral, particularmente a moral religiosa católica. Citando S. Thomaz de Aquino, lembra que dentre as três faces do homem está a animal. Como animal, o homem tende a conservar a espécie. Por isso, a lei natural veda que se impeça a transmissão da vida.

Observamos aqui o argumento base da condenação do uso de contraceptivos, do aborto e, inclusive, de “tudo que retire dos pais a educação dos filhos”.⁵ Ou seja, os pais são os responsáveis por dar aos filhos a vida e mantê-la por meio da educação. Como o católico não poderia prescindir da moral religiosa, Alceu afirmava que cabia à família decidir sobre o tipo de educação do filho, e nunca o Estado.

Vejamos agora as justificações de Amoroso Lima para que o catolicismo fosse inserido nas instituições oficiais, analisando seu artigo “O instituto oficial de psicologia”, publicado na revista *A Ordem*, em 1932.⁶

No artigo, explica Amoroso Lima que o governo acabara de criar o “Instituto de Psicologia”, subordinado ao Ministério da Educação, com o objetivo de coordenar estudos de psicologia geral e aplicada. E que se tratava do alargamento das atribuições do Laboratório de Psicologia Experimental, que já existia na “Colônia de Psychopathas”, no Engenho de Dentro (RJ). Pois bem, segundo Amoroso Lima, tratava-se de uma expansão aventureira do laboratório na criação de uma escola brasileira de psicologia, que ofereceria cursos práticos e doutrinários, “ficando toda a vida brasileira sujeita a esse santo ofício psicológico”.⁷ Ironizando o ofício psicológico como “santo” e fazendo referência ao autoritarismo do Tribunal do Santo Ofício, chama tal ofício de doutrinação, “dogmas do materialismo psicológico a que se devia repudiar aqueles que querem conservar a alma brasileira”. Segundo ele, estaria se criando uma escola de psicologia que orientaria toda a vida intelectual e moral do país, que estaria ameaçada:

⁵ “Dever Cultural dos Católicos.” *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 26, 1932, p. 243

⁶ “O Instituto Oficial da Psicologia.” *A Ordem* Rio de Janeiro, vol. 12 n°28, junho de 1932, p 401-407.

⁷ *Ibid.*, p. 404.

Como se vê, já não é apenas toda vida prática da nação, que fica sob a ameaça desse novo dogmatismo psicológico. É toda vida intelectual do país e mesmo a sua vida moral que de ora avante está ameaçada por essa “escola brasileira de psicologia”, que faz, estética, pedagogia, criminologia, sociologia, economia, antropologia, psicopatologia, direito, lógica, biologia, filosofia e ética, invadido todos os terrenos sob a máscara de ciência positiva, mas lançando-se de fato numa falsa meta-psychologia, que entende impor ao Brasil como sendo a psicologia do povo brasileiro.⁸

Nesse discurso, ataca o conhecimento científico produzido pela escola de psicologia, criticando o afastamento da vida intelectual do país da religião. Atribuindo a ele o adjetivo de doutrinação, de assunto metafísico, transcendente, que quer se passar por conhecimento da psicologia, mas que para ele é apenas uma meta-psicologia.

Observemos como é típico e recorrente em muitos de seus discursos conservadores o desprezo pela ciência, uma vez que esta trabalha com evidências, experimentos, métodos e comprovações:

Sabendo-se que o homem moderno, pelo menos o homem médio ... acredita na ciência, com a mesma docilidade com que algumas tribos semi-primitivas veneram o seu totem, — é fácil ver a soma formidável de poder que colocou o governo nas mãos desse grupo de psicologistas ... ao formar a escola brasileira de psicologistas...⁹

Ou seja, na fala acima, a crença na ciência seria coisa de pessoas primitivas e ignorantes, invertendo o disseminado argumento de que os ignorantes só creem nos totens, e não na ciência. Observamos que a tentativa de ganhar espaço nas instituições, nas políticas públicas era acompanhado da projeção dos princípios católicos no debate político: livros, imprensa e congressos que ocorriam no país, como nas Conferências Nacionais de Educação. Essas Conferências eram promovidas pela ABE- Associação Brasileira de Educação. Esta instituição, sediada no Rio de Janeiro e fundada em 1924 por iniciativa de intelectuais, liderara o debate educacional na década de 1920. (IAMASHITA: 2016, p.11).

Devido a Revolução de 30 não houve a Conferência anual de educadores no respectivo ano, mas foi retomada em 1931, sob a liderança dos escolanovistas, os educadores defensores do movimento da Escola Nova. A ABE, que em 1931 era presidida por Anísio Teixeira,

⁸ *Ibid.*, p. 405.

⁹ *Ibid.*, p. 404.

organizou o evento anual, e no contexto de discussão sobre a reestruturação do novo governo, conduzia a defesa da educação liberal, a reorganização do ensino público no país, laico e gratuito.

No evento, o laicato católico projetou-se no debate educacional contra a educação liberal, defendendo a moral, a ordem, o catolicismo, o ensino religioso e a educação privada. Diante do forte ataque à escola pública e liberal, os escolanovistas se reuniram e lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, que teve grande repercussão e que desencadeou agressivos ataques de Alceu Amoroso Lima nas páginas da revista “A Ordem”.

A partir da publicação do “Manifesto” a revista começou a dedicar mais tempo ao debate educacional, em uma posição crítica à pedagogia laica e em defesa do ensino católico, combatendo os ideais educacionais do Movimento da Educação Nova. No artigo “Chronica de Transcrições”, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, ironiza Alceu:

Já temos também a nossa *Nep!* Não se trata, porém, da Nova Política Econômica de Lenin. Trata-se da “nova política educacional”, que se apresenta em linhas gerais no resumo do “Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação”, assinado por um grupo seletivo dos “gros bonets” da nossa pedagogia oficial O materialismo pedagógico, em que assenta essa concepção da *Nep* brasileira, se manifesta na finalidade exclusivamente “biológica” da educação, pela qual julgamos os nossos pioneiros realizar o trabalho, a solidariedade social e a cooperação...¹⁰

Observamos assim como Alceu distorce conceitos consagrados da política, por exemplo, afirmando que, no caso da educação pública laica, tratar-se-ia de reduzir a educação às finalidades biológicas, levando as crianças a se tornarem “apenas matéria plástica sem personalidade e sem direitos ...”. É forçoso afirmar que o fato da educação pública não incluir a formação religiosa é o mesmo que uma educação restrita às finalidades biológicas, ou que essa “educação formará cidadãos sem personalidade ou sem direitos”.¹¹

Na sua distorção discursiva, o fato de a educação liberal não incluir a moral católica significaria o mesmo que uma educação amoral, despido de qualquer valor, sem qualquer pretensão na educação do caráter do indivíduo, atendendo apenas às finalidades biológicas.

¹⁰ Tristão de Athayde, Chronica de Transcrições: Absolutismo Pedagógico. **A Ordem**, Rio de Janeiro, n.º 26, 1932, p. 317.

¹¹ *Ibid.*, p.318

Ao referir-se à educação no Brasil durante o Ministério Capanema (1932-45), Schwartzman, Bomeny e Costa abordam a interferência de Amoroso Lima na organização das políticas públicas: “Em busca de um papel político, a Igreja reconstruía seu discurso doutrinário e catequético. A educação aparecia então como uma área estratégica. Era um espaço institucionalizado que permitia articular a doutrina e a prática.” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA 2000, p.74)

Certamente, se a Igreja Católica quisesse formar novos fiéis a área educacional seria seu primeiro alvo. A questão que destacamos é que na tessitura desse discurso legitimador que costurava política educacional com necessidade de formação moral religiosa, construção que era papel do intelectual leigo, observamos manipulações retóricas.

Por exemplo, a decisão do Estado de oferecer educação pública laica (e deixar a formação religiosa para o âmbito da decisão privada, da liberdade de consciência individual), era significada por Amoroso Lima como “exercício do monopólio da educação”, como se o Estado não deixasse livre a existência da educação particular ou a confessional no país.

No caso desse “monopólio”, quando o Estado oferece uma mesma educação laica a todos, tratar-se-ia de entregar a massa dos cidadãos “ao novo Leviathan, que jogará anualmente em suas retortas biológicas, todas as crianças em idade escolar, para modelá-las à sua imagem e semelhança”.¹² Neste exemplo, muda a expressão bíblica “à imagem e semelhança de Deus” para “à imagem e semelhança do Estado”, para causar impacto retórico. Acusou inclusive o Estado laico de, com o dinheiro dos impostos dos cidadãos, impor “uma” educação laica, que desdenhava da realidade nacional, que tinha na sua raiz a consciência cristã da nacionalidade.¹³ Ora, se o Estado não pode “impor” a laicidade, porque poderia impor o catolicismo com o direito dos impostos dos cidadãos, uma vez que nunca foi a religião exclusiva do multiétnico povo brasileiro?

Segundo Alceu, o Estado ao “monopolizar a educação”, estaria impondo a formação laica, o que feria a liberdade da família, a qual caberia decidir qual educação deveria ser ministrada aos filhos, a religiosa, ou não. Por isso tantas vezes ele afirma que a educação pública

¹²*Ibid.*, p. 318

¹³ “O Instituto Oficial da Psicologia.” **A Ordem** Rio de Janeiro, vol. 12 nº28, junho de 1932., p. 403.

e laica ofende as liberdades, as liberdades da família brasileira, supostamente todas católicas. Como também esclarece Schwaetzman, Bomeny e Costa:

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.69).

Certamente foi essa visão autoritária de educação, a adequada para “moldar consciências” e a religião católica, que serviria, como disse Alceu, para a coesão pública entre povo e instituições, o que levou o intelectual autoritário Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação após a Revolução de 30, a convencer Getúlio Vargas de aproximar-se da Igreja Católica, para facilitar a aceitação do novo regime. Acerto do qual resultou o Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931 que permitia o ensino religioso nas escolas públicas, que abriu o debate público “ensino laico X ensino religioso”, até a Constituição de 1934.

Quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde em 1932, por indicação de Amoroso Lima, este enviou-lhe por escrito uma lista de medidas que esperava serem adotadas. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA 2000, p.63). Segundo Demerval Saviani, Capanema e Amoroso Lima compartilhavam muitos posicionamentos políticos quanto aos fundamentos para o desenvolvimento educacional do país, como a concepção de sociedade verticalizada e a rejeição à democracia liberal. (SAVIANI: 2011, p.258).

De fato, os telegramas que trocavam evidenciam a influência de Amoroso Lima na agenda do Ministério da Educação, onde até mesmo os pronomes que usavam indicam a informalidade na relação pessoal entre ambos. Tais telegramas perduraram por todo o primeiro ano após promulgação da Constituição Federal de 1934, quando o Ministro Capanema nomeou diversas personalidades indicadas por Amoroso Lima na frente de inspeção do ensino secundário no Brasil. Por exemplo, foi por solicitação de Amoroso que Capanema contratou Sylvia Mendes Cajado, para cargo de inspetor do ensino secundário de São Paulo e também Luiz Ferreira de Franca para educador da Faculdade de Direito de Recife.¹⁴

¹⁴ Telegramas de Capanema a Amoroso Lima de 05/01/1935, de 12/05/1935, de 18/09/1935 e Telegrama de Amoroso Lima a Capanema de 16/01/1935. Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Gustavo Capanema. Série Correspondentes. *Apud.* João V. M. Martins **Gustavo Capanema e a Educação Brasileira** (1934-1959). Trabalho de Conclusão do Curso de História, UnB, 2022.

Sabemos que a ditadura Estado Novista (1937-1945) implementou uma sólida política cultural autoritária, e que na década de 1930, desde seu início deu-se a ascensão do antiliberalismo e de discursos antidemocráticos, excelente momento para a Igreja Católica aproximar-se da política e de líderes políticos conservadores, que partilham a visão ideal de sociedade como sendo a de sociedade ordeira, disciplinada, trabalhadora, obediente, despolitizada e não questionadora, orientada pelas elites.

Amoroso Lima e a influência da Liga Eleitoral Católica (LEC) nas eleições de 1933.

Como vimos, o bispo Dom João Batista Nery, da diocese de Campinas, criara em 1913 uma associação suprapartidária para “auxiliar” os católicos nas eleições. Em 1932, essa experiência foi retomada pela Igreja Católica e pelo CDV, só que então como uma associação de âmbito nacional. Segundo Moacir Alencar Júnior (2014), a LEC alcançou dimensão nacional por sugestão do intelectual Plínio Corrêa a Dom Duarte, arcebispo de São Paulo, e Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Plínio era um advogado, escritor e professor universitário natural de São Paulo e muito atuante na causa do catolicismo. Conforme Alceu Amoroso Lima, ele, Alceu, foi convidado a ser o secretário geral da recém-criada associação e foi responsável pela construção dos estatutos que definiam as finalidades a serem alcançadas pela LEC, cujos estatutos iniciais eram:

- 1.º- despertar os católicos da indiferença em que viviam, em face dos problemas políticos e
- 2.º- obter dos partidos e dos candidatos indiferentes ou hesitantes, em matéria de orientação social superior (problemas de família, educação, religião) compromissos formais de votarem com a doutrina social católica, que coincide, felizmente, para nós, com a tradição histórica brasileira e com uma das renovações mais modernas do pensamento universal.¹⁵

Para respaldar a concepção da LEC, que não seria um partido, mas uma associação civil voltada para a eleição de candidatos comprometidos com os ideais de cristianização da sociedade e das instituições, Alceu argumenta que os católicos deveriam cumprir seu dever cívico, envolver-se com ele, mas não tanto, ou, não de forma partidária, uma vez que o dever cívico é secundário em relação ao dever cultural, que é preceito da lei natural.

A associação com abrangência nacional criada em 1932 por Dom Sebastião Leme, auxiliado por Amoroso Lima teve um desempenho importante nas eleições de 1933 para a

¹⁵ “O Pleito de 3 de maio”. **A Ordem** Rio de Janeiro, Nova Série, n°38, maio e junho de 1933, p.325.

Câmara Federal, que elaboraria a Assembleia Nacional Constituinte, e para as assembleias constituintes estaduais. A LEC atuava como grupo de pressão e influência no âmbito político brasileiro para que as reivindicações da Igreja Católica fossem ouvidas e atendidas nas eleições para a Constituinte.

O programa da LEC, lançado em março de 1933, foram reeditas para as eleições do mesmo ano.¹⁶ Nesta mesma edição Amoroso escreve um artigo intitulado “Arte e Cristianismo”, onde defende a necessidade da defesa dos valores cristãos pelos católicos que estavam se deixando influenciar pelo discurso do liberalismo burguês. O programa é resumido por Primolan (2007)

(...) promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios; regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências da legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (PRIMOLAN,2007, p.3.)

Os dirigentes da LEC queriam manter um caráter suprapartidário e chegaram a proibir que seus associados se candidatassem, no entanto, no Ceará, a LEC se tornou um partido político. O desempenho da LEC nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte foi muito bom e se repetiu nas eleições estaduais de 1934. Nas eleições de 1933 os resultados de alguns estados foram: Ceará 6 candidatos eleitos, Rio Grande do Sul 13 candidatos, em São Paulo a maioria dos candidatos apoiavam as propostas da LEC e a Chapa Única elegeu 17 candidatos sendo 5 diretamente indicados, Pernambuco elegeu 17 deputados.

¹⁶ Programa da LEC, lançado em março de 1933 e reeditado na revista A Ordem edição de julho/ agosto de 1945.

No artigo “Notas para história do Centro Dom Vital IX”¹⁷, Alceu Amoroso expõe o resultado dos esforços de criação da LEC e os impactos do movimento nas eleições da assembleia constituinte e no texto constitucional:

E foi graças a isso que a Constituição de 34 incorporou todo o nosso programa social aos seus dispositivos e que o Estado deixou de ser, no Brasil, laicista, para ser realmente neutro e deixar às consciências a livre expansão de suas exigências no plano da política, da economia, da educação, na base da justiça social e da autêntica liberdade religiosa.¹⁸

Nesta fala, em que Alceu afirma que ao deixar de ser laico, o Estado passou a ser neutro, distorce completamente os conceitos da premissa do Estado Laico que, desvinculado da religião, seria o modelo mais apropriado para a defesa dos direitos humanos, de um estado verdadeiramente democrático, uma vez que acolhe a pluralidade e respeita a diversidade.

Em 1935, quando já havia passado o frenesi das eleições e a Constituição já estava promulgada, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada e segundo Oliveira, o motivo da criação da ACB se relacionava à LEC, que só se destacaria durante as eleições e “o episcopado brasileiro necessitava de um órgão religioso ativo a todo momento e a Ação Católica cumpriria esse papel.” (OLIVEIRA: 2016, p.94). Por isso, Dom Leme organizou a criação da ACB e Amoroso Lima assumiu sua direção executiva.

A ACB surgiu seguindo os passos e princípios que foram determinados por Papa Pio XI para a Ação Católica que obteve uma expressão universal durante seu pontificado. No Brasil a Ação Católica teve inicialmente o papel de “defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo de atuação política.” (SOUZA: 2006, p. 48).

Para que isso fosse possível a ACB agiu nos primeiros anos como uma catequese especializada para formar assim os católicos que agiriam na defesa dos princípios cristãos (SOUZA:2006, p. 49), e com o passar dos anos ela foi se ramificando em vários grupos conhecidos como pastorais e depois movimentos que foram criados sobre a égide da Ação Católica Brasileira que atingiu com seu plano de doutrinação religiosa várias camadas sociais como demonstras o Prof. Dr. Pe. Ney de Souza:

¹⁷ Alceu Amoroso Lima. Notas para a História do Centro Don Vital IX. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol.60, n.º1, julho de 1958

¹⁸*Ibid.*, p. 51

A Ação Católica teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã.” (SOUZA: 2006, p. 49).

Embora a Ação Católica Brasileira tenha sido criada oficialmente em 1935, último ano do recorte temporário deste trabalho, vimos que sua atividade já se desenvolvia no Brasil na década de 1920. De qualquer forma, o CDV, a LEC e ACB eram entendidas como um mesmo eixo de ação para a retomada de fiéis perdidos e expansão do catolicismo sobre as novas gerações. O próprio Alceu deixa claro que:

O papel do Centro Dom Vital, nessa campanha, se confunde com o da Liga Eleitoral Católica. Como depois se confundiria com o da Ação Católica Brasileira, cuja fundação em 1935, seguiu-se á obtenção do que o Cardeal Leme sempre exigiu que se não chamasse de “vitória”, pois não fora uma luta contra mas a favor, a favor da reintegração do Brasil em si mesmo, ao menos nos princípios sociais mais gerais em sua lei constitucional.

A esse tempo, já o Centro Dom Vital se desdobrava na Coligação Católica Brasileira. Essa nova instituição, que precedeu a fundação da Ação Católica Brasileira e com ela teria de desaparecer, representou a extensão do Centro e sua especialização com a Ação Universitária Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores. A eles veio agregar-se a fundação da Confederação Nacional de Operários Católicos (cujo título indica a finalidade e visava a atuação nos meios de trabalho) cujos Círculos Operários, iniciados no Rio Grande do Sul pelo P. Brentano, representavam o primeiro passo no sentido de uma atuação positiva e nacional nesse terreno.¹⁹

Observamos assim que além da intervenção na área educacional pública, a Igreja Católica expandia sua atuação para a educação privada de nível superior e para os sindicatos. Embora à época fosse proibido sindicatos trabalhistas com expressão social e ideológica, incluindo-se aí as religiões, o CDV conseguiu a permissão do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor (dez/1930 a mar/1932), para a criação de sindicatos católicos. Surgiram então os círculos operários e a Confederação Nacional dos Operários Católicos (depois Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos), organizações importantes na condução dos trabalhadores de todo o país. (KORNIS, CPDOC/FGV, 2010, p.4)

¹⁹ Alceu Amoroso Lima. Notas para a História do Centro Dom Vital IX. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol.60, n.º1, julho de 1958, p 52.

Assim, a ACB que seria o movimento para desenvolver entre os católicos a prática do apostolado, uma fé atuante, uma religiosidade engajada na vivência católica, que incluiria cativar mais pessoas para o catolicismo, se estenderá para o ambiente dos trabalhadores. Jessie Jane de Sousa esclarece que no Brasil, a assistência social, o mutualismo e o cooperativismo, marcaram a Ação Católica, cuja forma de organização seria constituir uma sociedade a partir de associações profissionais, com o objetivo de ordenar os indivíduos que ocupam o mesmo ofício através de seus interesses comuns: “A união se daria em função dos interesses comuns desenvolvidos no conjunto das profissões, onde o cumprimento dos deveres e direitos recíprocos visaria o bem comum da profissão e da sociedade”, uma lógica de organização associativista comum nos sindicatos do Brasil no período. (SOUSA: 2006, p. 435)

Certamente, ao expandir na direção dos sindicatos a Igreja Católica visava atrair mais fiéis, mas, principalmente, atuar contra o “perigo” da disseminação da ideologia comunista entre os trabalhadores. Assim os apóstolos católicos estariam cumprindo sua missão, a de difundir a Igreja na terra, como reafirmou Alceu:

Foi o próprio Cristo, – na distinção que fez entre apóstolos e discípulos, e na missão que esses últimos, em número de 72, confiou, de preparar a Seu caminho (Luc. X, 1-11), – que mostrou aos fiéis, herdeiros daqueles discípulos do Mestre, a sua função na obra de preparação do reino de Deus e portanto da difusão da Igreja na terra.²⁰

Considerações finais

O regime pós-Revolução de 30 instalou-se no país defendendo a reconstrução da nação e a renovação da identidade brasileira. A reorganização das lideranças políticas, o movimento de centralização do poder propiciou muitos debates sobre os rumos que o Brasil deveria tomar e evidenciou o que já havia sido percebido na década anterior: a importância da educação como eixo fundamental para a modernização dos cidadãos e da sociedade brasileira.

A Igreja Católica, que havia perdido espaço no movimento de secularização da Primeira República, aproveitou o momento de reorganização política para inserir-se nos debates sociais e nos rumos da educação brasileira. Para tanto, buscou o apoio de intelectuais e políticos conservadores que se alinhassem ideologicamente aos seus interesses.

²⁰ Alceu Amoroso Lima. Pio XI e a Ação Católica. **A Ordem**, Rio de Janeiro, Nova Ordem, nº 100, março de 1939, p 259.

O discurso do novo regime político promovia a ideia de novos tempos, de nova identidade brasileira, do “novo” brasileiro — assumidamente mestiço, trabalhador, orgulhoso da pátria, da sua cultura e das suas tradições. Da valorização da moral e da tradição beneficiava-se a Igreja Católica, uma vez que o catolicismo era “a” religião tradicional da sociedade brasileira. Vimos que o respeito às tradições era base enfática na estruturação do discurso do laicato católico que, tinha como argumentos principais: a defesa da moral religiosa que protegeria o Brasil da instabilidade política do mundo moderno e do comunismo ateu; a coesão pública que contribuiria para a união entre povo e instituições; o ataque à ciência, porque esta era agnóstica e materialista; a defesa da família, guardiã do catolicismo, religião tradicional da formação social brasileira, a quem caberia mais do que o Estado, decidir sobre a educação dos filhos, em todos os aspectos.

Os projetos educacionais liberais se apresentaram no debate da reconstrução do país e da identidade nacional naquele momento, o da primeira metade da década de 1930, porém, encaixando-se o discurso católico nos projetos autoritários que também se apresentavam na vaga antiliberal daquele contexto histórico, o laicato católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, abriu disputa acirrada com os escolanovistas, particularmente durante a Assembleia Constituinte de 1933, na discussão da legislação educacional.

Buscamos entender como Alceu Amoroso Lima conseguiu expandir o discurso religioso autoritário nos meios de comunicação e nas instituições sociais, através de suas publicações em jornais e das associações católicas que comandava, conseguindo aliados para reintroduzir os princípios católicos na gestão pública. Utilizou seu prestígio como intelectual renomado e da sua rede de relações para criar e disseminar discursos repletos de manipulação de sentidos e contradições, defendendo desta forma os princípios religiosos católicos, a intromissão da Igreja no mundo social e os interesses da Igreja no meio político.

A criação de associações como a Liga Eleitoral Católica (LEC) em 1932, e a eleição da bancada evangélica ocorrida a partir da década de 1990 são movimentos muito semelhantes. O discurso religioso de agora deseja disseminar-se na cultura política brasileira e interferir nos rumos do país através da eleição de candidatos que hoje compõem a Frente Parlamentar Evangélica, que conta com apoio quase total de igrejas evangélicas e seus pastores. Conseguem ainda alcançar alas conservadoras da Igreja Católica e se tornaram uma base eleitoral de imensa relevância.

Com um discurso conservador revestido de religiosidade, as igrejas neopentecostais hoje fazem uso massivo dos canais de mídia. Só a principal representantes delas, a Igreja Universal do Reino de Deus, criada em 1977 por Edir Macedo, tem grande número de fiéis no Brasil, possui uma emissora de TV, diversas concessões de rádios e se expandiu para mais de oitenta países. (NUNES: 2006)

Os pentecostais e neopentecostais buscam eleger parlamentares ligados a eles, que compartilhem dos mesmos pensamentos ideológicos para que seus projetos sejam discutidos e aprovados, assim como Alceu Amoroso e outros intelectuais católicos fizeram em sua época. Eles defendem seus interesses alegando uma suposta perseguição e vão impregnado na política e no pensamento brasileiro seu discurso religioso-conservador ligado a ética, a moral, a ordem social, a preservação da família tradicional, como os conservadores católicos fizeram em 1930. Defendem esses princípios como se constituíssem um grande símbolo nacional, com o discurso de que o Brasil é um país cristão e que os cristãos são maioria, por tanto seus interesses devem se sobrepor aos interesses das minorias.

Certamente há diferenças entre a década de 1930 e a atualidade. A defesa da família na década de 30 era expressa na posição contra o divórcio, agora é contra a “ideologia de gênero”. A educação liberal e científica era atacada por ser amoral, puramente materialista; as igrejas neopentecostais também desencadearam movimentos reacionários contra a educação (PLEYERS, 2020), como a Escola Sem Partido, que acusa professores de esquerda de tirarem vantagem de sua posição com relação aos alunos para disseminar o comunismo ou a “ideologia de gênero”. São exemplos da atualização de nossa autoritária cultura política.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Revista A Ordem - edições de 1929 a 1976**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367729&PagFis=0&Pesq=>. Acesso em: 04 jul. 2023.

- Tristão de Athayde. Adeus à Disponibilidade. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1929, p. 54-57.

- Alceu Amoroso Lima. Reivindicações Católicas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol. 67, n.º 1, janeiro de 1962, p. 7- 30.

- “Dever Cultural dos Católicos.” **A Ordem**, Rio de Janeiro, n. 26, 1932, p. 241 - 246.

- “O Instituto Oficial da Psicologia.” **A Ordem** Rio de Janeiro, vol. 12 n°28, junho de 1932, p. 401- 407.
- Tristão de Athayde, Chronica de Transcrições: Absolutismo Pedagógico. **A Ordem**, Rio de Janeiro, n.º 26, 1932, p. 317 – 320.
- “O Pleito de 3 de maio”. **A Ordem** Rio de Janeiro, Nova Série, n°38, maio e junho de 1933, p.323 - 327.
- Alceu Amoroso Lima. Notas para a História do Centro Don Vital IX. **A Ordem**, Rio de Janeiro, vol.60, n.º1, julho de 1958, p.50 -56.
- Alceu Amoroso Lima. Pio XI e a Ação Católica. **A Ordem**, Rio de Janeiro, Nova Ordem, n° 100, março de 1939, p 257 - 267.

Bibliografia

- ALENCAR JÚNIOR, Moacir Pereira. **Plínio Corrêa de Oliveira: pensamento católico e ação política na era Vargas (1930-1945)**. (Dissertação). São Carlos: UFSCar, 2014.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho et al. **Em busca da idade nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. 2015. Tese de Doutorado. (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- BERSTEIN Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Editora Massangana, 2010.
- GODOY, João Miguel Teixeira; MIGUEL, Bruna Aparecida. O Centro Dom Vital nos tempos de Alceu Amoroso Lima. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, n. 28, p. 193-218, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- IAMASHITA, Léa. M. Carrer. Saber médico no Brasil: noções de degeneração e eugenia no debate educacional da década de 1920. Projeto História (Online), v. 57, p. 1-30, 2016., 11-12
- KORNIS, Mônica Almeida. Centro Dom Vital. In CPDOC. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, edição 2010. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>> Acesso em 04 jul.2023.
- LEVI, Giovanni Levi, “Ilusões biográficas”. In. Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, João Vitor Mota, **Gustavo Capanema e a Educação Brasileira (1934-1959)**. Trabalho de Conclusão do Curso de História, UnB, 2022.

NUNES, Tarcílio Divino. **O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil: Um olhar sobre a política da Igreja Universal**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 35, p. 127-132, 2006.

OLIVEIRA, Luis, A. **Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos de 1930**. FDC 2016, 2, 88-98.

ORTEGA, Any; DA ROSA SILVA, Stanley Plácido. **Dicionário de conceitos políticos**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020.

PARGA, Francisca Rafaela. **Católicos em ação: imprensa católica militante – Fortaleza (1922-1930)**. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15.

PLEYERS, Geoffrey. **A “guerra dos deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro**. Educ. Soc., Campinas, v. 41, 2020.

PRIMOLAN, Emilio Donizete. **Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933**. I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades, p. 01-15, 2007.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica - 1928-1946**. 2006. 318 f. Tese (doutorado) - UFP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93434>>.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. Editora Paz e Terra S/A.

SERRA, Maurício. **Política, Religião e Economia em Alceu Amoroso Lima: O Percorso Intelectual de um Liberal**. XVI Seminário sobre a Economia Mineira: anais, 2014.

SOUZA, Mauro Ferreira de. **A igreja e o estado: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SOUZA, Ney de. **Ação católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites**. Revista de cultura Teológica, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Uma sociedade juxta jotum naturare ou um corporativismo incompleto?”, **Topoi**, v.7, n. 13, pp. 424-444, jul-dez 2006.

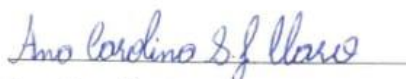
VASCONCELLOS, Manoel. **Um intelectual cristão diante de seu tempo: a trajetória de Alceu Amoroso Lima**. Thaumazein: Revista Online de Filosofia, v. 7, n. 13, p. 74-88, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. A ordem: uma revista de doutrina, política e cultural católica. **Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 3, p. 117-160, 1978.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Ana Carolina Santos de Jesus Claro, RG 3100707, declaro para todos os efeitos que o **Trabalho de Conclusão de Curso** intitulado “O Conteúdo Político Conservador do Discurso Religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 14 de julho de 2023.



Ana Carolina Santos de Jesus Claro